

Introdução

Maria Paula Meneses



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/eces/6114>

DOI: 10.4000/eces.6114

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Maria Paula Meneses, «Introdução», *e-cadernos CES* [Online], 35 | 2021, posto online no dia 10 dezembro 2021, consultado o 15 dezembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/eces/6114> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.6114>



Introdução

Este número da *e-cadernos CES*, escrito em plena pandemia da covid-19, abarca realidades de Portugal, do Brasil, de Angola e de Moçambique. Se a pandemia alterou as noções fundamentais de espaço e de tempo, seja em termos de vivências pessoais ou coletivas, tornou possível que dedicássemos tempo à reflexão sobre as políticas laborais e a justiça distributiva.

A longa duração do colonialismo e da globalização capitalista – uma relação íntima, fundacional dos sistemas modernos de exploração – lembra-nos que ainda há muito a fazer, especialmente no campo do trabalho. A pandemia veio revelar como a linha abissal de exclusão radical continua a marcar o mundo: uma forma de pensar que separa radicalmente seres considerados plenamente humanos de seres considerados sub-humanos, desprovidos de saberes e de direitos, como o direito à vacina (Santos, 2020).

Vários têm sido os alertas sobre a importância da vacinação da maioria da população do planeta; todavia, os dados disponíveis mostram que os países mais ricos terão conseguido vacinar os seus cidadãos muito antes dos países com menos recursos.¹ Em protesto face à decisão unilateral de encerramento de fronteiras face à emergência de uma nova estirpe do SARS-CoV-2, uma declaração conjunta – do African Vaccine Acquisition Trust, dos Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças (CDCs Africa) e do mecanismo Covax – denuncia que a maioria das doações de doses de vacina contra a covid-19 para África foram feitas de forma *ad hoc*, com pouca antecedência e com doses de curta duração, o que torna extremamente desafiante o planeamento de campanhas de vacinação e o aumento da absorção de vacinas.² O que o capitalismo está a fazer com as vacinas é o que tem feito com a vida humana e a natureza ao longo de séculos: transformá-la em bens transacionáveis, num negócio. Associada às crises ecológicas e ambientais que marcam o nosso tempo, a pandemia da covid-19 é o marcador de uma nova fragilidade estrutural da vida humana no planeta.

¹ Veja-se “Now or Never: Most Countries Will Vaccinate against Covid-19 this Year, or Never”, *Economist Intelligence*, 10 de novembro de 2021. Consultado a 24.11.2021, em <https://www.eiu.com/n/now-or-never-most-countries-will-vaccinate-against-covid-19-this-year-or-never/>.

² “Joint Statement on Dose Donations of COVID-19 Vaccines to African Countries”, 29 de novembro de 2021. Consultado a 02.12.2021, em <https://africacdc.org/news-item/joint-statement-on-dose-donations-of-covid-19-vaccines-to-african-countries/>.

O negócio das vacinas reafirma sem pejo a linha abissal que separa o Norte do Sul, como destacou recentemente num artigo de opinião o editor de Economia do *The Guardian*.³ Esta linha abissal expressa a racionalidade dominante, e constitui-se a partir de um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as segundas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos, onde o “outro lado da linha” é apresentado como insignificante, residual enquanto realidade, ou é mesmo produzido como inexistente. Este pensamento abissal, fundacional da modernidade, constrói os sujeitos do Sul como objetos sobre os quais se fala e que não reconhece como plenamente humanos. Em todo o caso, são seres desprovidos de saberes úteis para os centros metropolitanos (Santos, 2007: 3).

Uma análise detalhada das implicações da covid-19 no mundo do trabalho dá conta de exclusões radicais em sociedades supostamente democráticas, sociedades onde a violência, a apropriação, a persistência de trabalho forçado e semiforçado, do colonialismo sob novas formas que continuam a marcar a vida sem-direitos, dos que vivem do “outro lado da linha abissal” (Santos, 2002). Este sistema de poder estrutura a distinção contemporânea entre o Norte global e o Sul global. Como Boaventura de Sousa Santos destaca (2020: 152), o vírus não ataca indiscriminadamente. O novo coronavírus tem vindo a atacar preferencialmente quem menos se pode defender dele, ou seja, as populações cujas condições sociais preexistentes as tornaram mais vulneráveis: populações empobrecidas, vítimas de fome, de falta de cuidados médicos, sem acesso a vacinas, com parca ou nenhuma proteção no trabalho, objeto permanente de discriminação sexual ou etnoracial. A proposta da Organização Mundial de Saúde (OMS) para que as pessoas trabalhassem a partir de casa (especialmente via teletrabalho),⁴ como forma de garantir distância física em confinamento revelou-se impraticável para a grande maioria da população mundial. Para estes outros e outras, a opção está entre garantir um alimento mínimo diário ou ficar em casa e passar fome.

Ainda em 2020 o *The New York Times* reportava que as pessoas mais ricas haviam podido limitar mais os seus movimentos quando comparadas aos setores economicamente mais vulneráveis da sociedade norte-americana, sobretudo em áreas metropolitanas.⁵ As recomendações globais emanadas da OMS parecem ter sido

³ Larry Elliott (2021), “The Omicron Variant Reveals the True Global Danger of ‘Vaccine Apartheid’”, *The Guardian*, 28 de novembro. Consultado a 01.12.2021, em <https://www.theguardian.com/business/2021/nov/28/the-omicron-variant-reveals-the-true-global-danger-of-vaccine-apartheid>.

⁴ Veja-se, por exemplo, <https://www.who.int/westernpacific/emergencies/covid-19/information/physical-distancing>. Consultado a 11.11.2021.

⁵ Jennifer Valentino-DeVries, Denise Lu e Gabriel J.X. Dance (2020), “Location Data Says It All: Staying at Home During Coronavirus Is a Luxury”, *The New York Times*, 3 de abril. Consultado a 15.10.2021, em <https://www.nytimes.com/interactive/2020/04/03/us/coronavirus-stay-home-rich-poor.html>.

elaboradas a pensar numa classe média mundial, uma pequena fração da população do planeta.

A opção pelo teletrabalho, no contexto do Norte global, procurou aprofundar a flexibilidade no mercado de trabalho, sobretudo a partir de inícios deste século. Esta opção, associada à segurança social foi sendo expandida em vários contextos europeus, à medida que as políticas sociais e de emprego se tornaram cada vez mais coordenadas a nível da União Europeia (Meneses *et al.*, 2020). Esta escolha tem sido justificada com base no argumento de que se a flexibilidade laboral permite às empresas adaptarem-se à concorrência global, as políticas sociais protegem os trabalhadores das consequências desta flexibilidade. No seguimento desta opção política tem-se vindo a assistir à individualização dos contratos de trabalho, à flexibilização dos despedimentos dos trabalhadores, ao aumento do poder dos empregadores, à moderação salarial e à redução de alguns benefícios sociais (Lima, 2015). Um relatório recente (Samek Lodovici, 2021) destaca que a maior flexibilidade de tempo e lugar e a maior autonomia na organização do trabalho associada ao teletrabalho, em contexto de covid, são frequentemente acompanhadas por uma maior intensidade de trabalho (paradoxo da autonomia) e horários de trabalho mais longos. No caso das teletrabalhadoras domésticas, as análises disponíveis sugerem que têm dificuldade em gerir os limites indistintos entre o trabalho e a casa, incluindo a incursão do trabalho na vida pessoal/familiar e em lidar com o prolongamento do horário de trabalho. De entre as implicações negativas do teletrabalho é de destacar um reforço dos tradicionais papéis de género, o aumento do trabalho não remunerado e a menor visibilidade no trabalho remunerado. As mulheres que teletrabalham a partir de casa também enfrentam riscos acrescidos em termos de assédio digital e de violência doméstica. Esta forma de trabalhar está, igualmente, a contribuir para a fragmentação da mão de obra, a individualização da relação de trabalho e a emergência de novas desigualdades no mercado de trabalho entre os que podem teletrabalhar e os que não podem. Estas desigualdades mostram como o trabalho em casa pode reproduzir as desigualdades económicas (*ibidem*: 116-119).

O que a covid-19 está a revelar é que as teorias globais que procuram explicar o mercado de trabalho não têm integrado na sua investigação as dimensões das lutas das mulheres ou dos subalternos do mundo; em suma, opõe de forma radical o trabalho abstrato ao trabalho vivido.⁶ Escrevendo em 1857, Karl Marx sublinhou que o trabalho pode parecer uma categoria bastante simples. A conceção de trabalho nesta formulação geral – como trabalho enquanto tal – é também muito antiga. Todavia, o trabalho quando

⁶ Veja-se, entre outros, Denning (2007) e Mezzadra (2011).

é economicamente concebido nesta simplicidade, é uma categoria tão moderna como as relações que criam esta simples abstração. E acrescenta: a indiferença para com qualquer tipo específico de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos reais de trabalho. A indiferença para trabalhos específicos corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos podem ser transferidos com facilidade de um trabalho para outro, e onde o tipo específico de trabalho é uma questão de acaso para eles, daí a indiferença (Marx, 1973: 103-104). A noção de cidadania, igualmente central à representação de modernidade, emergiu no âmbito de um quadro jurídico e político abstrato, num processo de rutura a múltiplas pertenças “concretas”; já o trabalho assalariado “livre” foi conceptualizado como cortando todos os laços monetários entre o empregador e empregado. Porém, a noção de trabalho assalariado como uma condição universal foi fraturada pela “linha de cor”. Du Bois (1903) acentuou ainda como esta linha tem regulado e limitado radicalmente a mobilidade dos indivíduos não brancos, de uma forma que desafia abertamente a ideia de trabalho como noção universal abstrata de uma atividade criadora de riqueza. Procurando identificar como a racionalidade capitalista produz ausências, Boaventura de Sousa Santos (2002) salienta o peso da lógica produtivista, de entre as cinco monoculturas que caracterizam o mundo contemporâneo. Nos termos desta, o crescimento económico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é também inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve esse objetivo. Ainda segundo esta lógica, a não existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional (*ibidem*: 248).

Este elemento é fundamental para uma análise detalhada do mundo do trabalho. Consciente da crescente complexidade deste, e como a própria Organização Internacional do Trabalho defende, o mundo do trabalho deve incluir as dimensões não remuneradas do mesmo, incluindo o trabalho doméstico, os cuidados informais, etc. Esta opção desafia abertamente o binómio espaço privado/espaço público. As crises que têm vindo a abanar o mundo têm-se traduzido em fardos adicionais colocados sobre os agregados familiares. Na procura de soluções para estes problemas as mulheres desempenham um papel expressivo. A compreensão das realidades por elas vividas em relação ao seu trabalho/vida familiar requer uma teorização que reflita o cruzamento das vozes de mulheres, situadas, com características etnorraciais próprias, com vidas marcadas por percursos de classe e locais históricos específicos. Uma teorização que permita, como várias autoras têm vindo a destacar, que se ouçam as vozes silenciadas, cujas vivências e experiências não estão expressas nas teorias críticas do trabalho a

nível global.⁷ É por isso que políticas neoliberais em curso – objeto de análise em vários artigos – têm consequências perigosas para a democracia e a cidadania, ao aprofundar as desigualdades e as segregações abissais, procurando silenciar e aniquilar vozes e projetos alternativos.

Tendo como referência o mundo do trabalho, os artigos que integram este número da *e-cadernos CES* discutem como as políticas e as leis aprovadas e aplicadas têm vindo a afetar os direitos das pessoas, em vários contextos. Como estes artigos expõem, de forma a entender a justiça ou injustiça experimentada pelos grupos silenciados e marginalizados nas sociedades contemporâneas, importa conhecer os discursos e protestos não institucionalizados. Compreender o mundo do trabalho passa por compreender as lutas contra as injustiças cognitivas existentes, que reafirmam exclusões abissais, expressão da divisão global desigual do trabalho. Neste contexto são várias as propostas para, contextualmente, desvendar formas ocultas de trabalho, incluindo as múltiplas sombras dos mercados de trabalho precários. Assim torna-se possível identificar as estratégias e as várias formas de protesto usadas pelas pessoas para contestarem as condições de trabalho (com enfoque nas formas marginalizadas e menos visíveis de trabalho).

Como várias análises ao longo deste número destacam, no cerne do atual modelo societal está a verificar-se, em vários contextos do globo, uma convergência para o neoliberalismo, com implicações perversas para a distribuição e a justiça social. É por isso que as políticas neoliberais em curso, abordadas neste número, têm consequências perigosas para a democracia e a cidadania, ao aprofundar as desigualdades e as segregações abissais. O que está aqui em causa é a aplicação violenta do que Dipesh Chakrabarty (2000: 58) designa por “hermenêutica do capital”, do trabalho abstrato como medida de valor e como elemento central na forma como o capital apreende a atividade humana.

Uma reflexão crítica sobre o trabalho, a partir da ascensão do neoliberalismo e dos silenciamentos que as análises derivadas desta racionalidade económica geram, é um esforço fulcral para expandir o compromisso por justiça social e cognitiva para com os direitos laborais, desafiando as medidas e as políticas que procuram silenciar e aniquilar vozes e projetos alternativos.

Este número dedicado às “Políticas laborais e justiça redistributiva” abre com um artigo de Sara Araújo, sobre “Os silêncios da austeridade e dos protestos e as exclusões abissais em Portugal”. No lastro da análise do impacto da crise financeira de 2008 e da resposta austeritária que lhe sucedeu, a autora revela as fragilidades democráticas

⁷ Veja-se, entre outras autoras, Mohanty (1984) e Spivak (1988).

perante uma hegemonia neoliberal. Usando o quadro conceptual das epistemologias do Sul, desenvolvidas por Boaventura de Sousa Santos, para analisar o contexto europeu, o artigo mostra que a austeridade, mais do que uma quebra na normalidade europeia em resposta à crise, foi, na realidade, uma política de continuidade, que reificou hierarquias entre países e pessoas. Como referência analítica a autora explora silêncios e os invisíveis dos protestos antiausteridade (entre 2011-2013).

Mafalda Araújo e José Soeiro escreveram o artigo intitulado “Trabalho, reconhecimento e justiça social: o caso dos cuidados informais em Portugal”. Como destacam, as recentes crises económicas tiveram como resultado, nos países da Europa do Sul, um conjunto de políticas de austeridade e de desvalorização económica do trabalho, que conduziram ao empobrecimento das classes populares. O impacto da mercantilização radical da vida está patente nos cuidados “informais” para com pessoas dependentes. Ao explorar a trajetória da luta pelo reconhecimento legal e simbólico dos cuidadores informais, tendo como pano de fundo a aprovação, em 2019, do Estatuto do Cuidador Informal, este estudo revela diferentes entendimentos ontológicos de cuidado, trabalho, reconhecimento e justiça defendidos por vários dos principais atores políticos portugueses.

No artigo “To Care for or to Care about? Justice and Injustices in Commodified Care Work” Laura Brito apresenta-nos uma etnografia sobre o cuidado, realizada em Portugal, junto a uma Instituição Particular de Solidariedade Social. Este trabalho realizado junto a uma entidade que se dedica, em contexto rural, ao cuidado de idosos traduz a forma como as reivindicações por justiça são negociadas entre os trabalhadores, os utentes e os empregadores, num percurso complexo. Como a autora destaca, este artigo procura contribuir por um lado para o debate sobre justiça redistributiva, mostrando como a desigualdade de salário afeta o acesso a cuidados, e por outro examinar a ideia de justiça enquanto experiência vivida, ao demonstrar como as reivindicações por justiça surgem nas relações quotidianas de cuidados.

Andrea Cristina Martins, num artigo intitulado “Estado-Empresa: Flexibilização das normas laborais e precarização das relações de trabalho no Brasil” examina as tendências das reconfigurações do mundo do trabalho nos últimos anos neste país latino-americano. Tendo como enfoque a análise das alterações legislativas entre 2016 e o início de 2020, este estudo revela uma mudança no sentido da flexibilização das normas laborais e a precarização das relações de trabalho. Este movimento, fruto do aprofundar da racionalidade neoliberal, está na origem de uma reconfiguração do mundo do trabalho permeado por formas de trabalho flexíveis e por figuras jurídicas pertencentes ao Direito Empresarial, um sinal inequívoco da alteração do papel do Estado como Estado-empresa.

Sára Hungler e Ágnes Kende propõem uma leitura sobre “Diverting Welfare Paths: Ethnicisation of Unemployment and Public Work in Hungary”. Este estudo centra-se no impacto de uma nova visão de “democracia iliberal”, introduzida pelo governo de Viktor Orbán. Com efeito, como as autoras acentuam, as medidas tomadas na década de 2010, marcaram o fim do Estado-providência na Hungria, recentrando a criação de uma sociedade laboral nos discursos políticos. Como este artigo analisa em detalhe, este novo rumo na política ativa do mercado de trabalho, sugerindo um melhoramento dos regimes de trabalho público, tem colocado um fardo desproporcional sobre os desempregados da comunidade cigana, ao mesmo tempo que ignora os fatores que contribuem para a sua privação material.

No artigo “The Contradictions of Formalization: Domesticity and Paid Domestic Work in Mozambique and Angola”, Ruth Castel-Branco investiga o trabalho doméstico remunerado, uma marca da vida moderna, revelador de um conflito sobre os termos da domesticidade em ambos os países. Num contexto em que o movimento global pelos direitos das trabalhadoras domésticas tem conhecido importantes vitórias legais, este artigo examina as contradições fruto das recentes tentativas de regular este setor laboral, visando melhorar as condições de trabalho. Como a autora destaca, as trabalhadoras domésticas encontram-se na interface de um conflito sobre os termos da domesticidade; nesse sentido, as estratégias a adotar visando alargar a proteção laboral e social para este setor passam por desafiar as noções patriarcais de domesticidade, que continuam a imperar.

Rebeca Amorim Csalog apresenta-nos um estudo estruturado em torno à migração e à prostituição. Intitulado “Mulheres (in)visíveis: prostituição, trabalho e migrações nas ruas de Lisboa”, este artigo mostra como, em países onde o trabalho sexual não é regulamentado ou completamente descriminalizado, como é o caso de Portugal, o acesso a uma cidadania plena é dificultado para a população migrante empobrecida, sobretudo feminina. A autora procura assim garantir uma melhor compreensão do universo social das mulheres prostitutas de rua. Assente num trabalho etnográfico detalhado, este artigo procura “dar voz” a estas mulheres, revelando a suas perceções sobre as condições de vida e trabalho, tendo em conta a diversidade e complexidade dos seus percursos e das suas histórias de vida.

Este número da *e-cadernos CES* encerra com duas resenhas. A primeira debruça-se sobre *O futuro começa agora – Da pandemia à utopia*, de Boaventura de Sousa Santos, publicado em 2020. Como destaca Boaventura Monjane, autor da resenha, uma das virtudes deste livro é a de ter podido trazer uma perspetiva “antipresentista”, contextualizando a chegada do novo coronavírus no âmbito da *longue durée* do desenvolvimento do capitalismo, com enfoque na sua versão neoliberal. E

conclui afirmando que a leitura desta obra é fundamental seja para compreender a crise que a humanidade atravessa, seja porque permite antever novas possibilidades humanas de vida coletiva e individual onde, parafraseando Rosa Luxemburgo, “sejam socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

A segunda recensão diz respeito à obra *After '08. Social Policy and the Global Financial Crisis*, organizada por Stephen McBride, Rianne Mahon e Gerard W. Boychuk. Maria Clara Oliveira destaca a forma ampla como é feita no livro a análise dos impactos da crise de 2008. As diferentes opções tomadas originaram vários resultados no que toca à condução da política social e aos efeitos gerados pela sua implementação. Como destaca a autora da recensão, diante da atual crise sanitária e socioeconómica decorrente da pandemia da covid-19, este livro oferece pistas tanto para se entender como as decisões anteriores constroem ou reforçam a atual capacidade de resposta, como também para se pensar em soluções a aplicar no futuro, face a crises globais.

Enquanto persistirem exclusões nas nossas sociedades – abissais ou não abissais (Santos, 2018: 20-23) – não será possível qualquer alternativa progressista. Para grupos vulneráveis, assegurar a “paridade participativa” é fundamental, seja a nível das políticas institucionais seja a nível das estruturas económicas de redistribuição, num contexto em que estão criadas as condições para que se possa “participar como um par na vida social” (Fraser, 2000: 115). A desvalorização de grupos subalternos, incluindo a ideia de que são de menor valor social – reconhecimento errado –, é um obstáculo à realização deste objetivo. Confrontar estes obstáculos é um pré-requisito para abordar de modo eficiente as muitas formas de exclusão que têm dividido o mundo contemporâneo. Neste âmbito, é fundamental evitar um conceito abstrato de trabalho ou uma imagem universal da classe trabalhadora enquanto sujeito político homogéneo. Tanto a oferta de força de trabalho como a sua exploração pelo capital podem acontecer através de uma multiplicidade de formas que espelham a heterogeneidade dos modos de captação e subsunção do trabalho vivido. E é a partir da assunção de uma ecologia de saberes sobre o mundo do trabalho que se desenvolvem as utopias concretas, anunciadoras de outros mundos possíveis.

Revisto por Ana Sofia Veloso

MARIA PAULA MENESES

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: menesesp@ces.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9812-2177>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Chakrabarty, Dipesh (2000), *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press.
- Denning, Michael (2007), “Representing Global Labour”, *Social Text*, 25(3), 125-145.
- Du Bois, W. E. B. (1903), *The Souls of Black Folk: Essays and Sketches*. Chicago: A. C. McClurg & Co.
- Fraser, Nancy (2000), “Rethinking Recognition”, *New Left Review*, 3, 107-120.
- Lima, Maria da Paz Campos (2015), “A reconfiguração do regime de emprego e de relações laborais em Portugal na ótica liberal”, *Cadernos do Observatório*, 5. Consultado a 01.12.2021, em https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/cadernos/CadernoObserv_V_jun_2015_final.pdf.
- Marx, Karl (1973), *Grundrisse*. New York: Vintage Books. Traduzido por Martin Nicolaus [ed. orig. 1857].
- Meneses, Maria Paula; Araújo, Sara; Ferreira, Sílvia (2020), “Welfare, Labour and Austerity: Resistances and Alternatives Through Womens Gaze”, in Trudie Knijn; Dorota Lepianka (orgs.), *Justice and Vulnerability in Europe. An Interdisciplinary Approach*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 49-81.
- Mezzadra, Sandro (2011), “How Many Histories of Labour? Towards a Theory of Postcolonial Capitalism”, *Postcolonial Studies*, 14(2), 151-170.
- Mohanty, Chandra Talpade (1984), “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses”, *boundary 2*, 12(3), 333-358.
- Samek Lodovici, Manuela (org.) (2021), *The Impact of Teleworking and Digital Work on Workers and Society. Special Focus on Surveillance and Monitoring, As Well as on Mental Health of Workers*. Luxemburg: Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies, European Parliament. Consultado a 01.12.2021, em [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2021/662904/IPOL_STU\(2021\)662904_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2021/662904/IPOL_STU(2021)662904_EN.pdf).
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.
- Santos, Boaventura de Sousa (2018), *The End of the Cognitive Empire: The Coming of Age of Epistemologies of the South*. Durham: Duke University Press.
- Santos, Boaventura de Sousa (2020), *O futuro começa agora – Da pandemia à utopia*. Lisboa: Edições 70.
- Spivak, Gayatri C. (1988), *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. London: Routledge.